



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Dados de atividade indicarão o ritmo da economia neste 2T23

Após a surpresa positiva com o resultado do PIB do 1T23, os agentes acompanharão os dados de atividade (varejo, serviços e IBC-Br) do mês de abril, que indicarão se a economia segue resiliente neste 2º trimestre, fato que pode manter o viés de alta para as projeções de PIB do ano. Na quarta (14), o IBGE divulga o resultado do varejo, cuja expectativa é de queda de 2,3% no mês, no conceito ampliado (com veículos e materiais de construção), devolvendo apenas parcialmente a forte alta observada em março (+3,6%). Na quinta (15), será conhecido o resultado do setor de serviços, que deve registrar alta de 0,7% em abril, segundo o consenso dos analistas. Caso se confirme, esta será a terceira alta seguida, mantendo os sinais de resiliência do setor, apesar da política monetária contracionista. Por fim, na sexta (16), o Banco Central divulga o resultado do índice IBC-Br de atividade econômica, *proxy* mensal do PIB, que deve mostrar relativa estabilidade (+0,1%), amparado de um lado pelo avanço dos serviços (e do setor agro) e, de outro, quedas do varejo e da indústria.

Ainda na agenda de indicadores, também na sexta (16), a FGV divulga o resultado do IGP-10 de junho, que deve seguir em deflação. O consenso dos analistas aponta para uma queda de 1,79% do índice no mês, com continuidade do recuo dos preços das *commodities* no atacado, o que tem levado a uma melhora da perspectiva para a inflação neste ano. Em 12 meses, o índice deve se aprofundar em terreno deflacionário, passando de -3,49% para -5,90%.

Na política, os agentes devem acompanhar a tramitação da proposta do novo marco fiscal no Senado. Antes de ser aprovado pelo Plenário, o texto ainda precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cuja votação pode ocorrer nesta semana. Embora a estrutura básica do projeto não deva sofrer alterações, uma série de emendas já foram apresentadas, em sua maioria buscando excluir algum tipo de gasto da regra. Assim, será importante analisar quais emendas serão incorporadas ao texto e seu respectivo impacto fiscal.

Já a agenda internacional é bastante movimentada, com destaque para as decisões de política monetária do Fed, na quarta (14), e do BCE, na quinta (15). Nos EUA, o mercado aguarda uma pausa no ciclo de alta dos juros, com as taxas permanecendo entre 5,0% a 5,25% aa. A atenção se voltará ao comunicado e as novas projeções econômicas dos dirigentes da instituição, que podem deixar em aberto a possibilidade de novos ajustes, dado que a inflação (especialmente de serviços) segue em nível elevado. Enquanto isso, na Europa, o BCE deve realizar nova alta de 0,25 pp, levando a taxa de referência para 4,0% aa, em função do início tardio do ciclo de aperto monetário e uma inflação ainda bastante elevada (6,1%) na região.

Antes da decisão do Fed, na terça (13) será conhecida a inflação ao consumidor (CPI) de maio, que ainda parece ter potencial de alterar a decisão sobre os juros, caso traga uma surpresa muito negativa. A expectativa do consenso dos analistas é de alta de 0,2% no mês, levando a uma desaceleração do CPI de 4,9% para 4,1% em 12 meses, beneficiada pela queda dos preços dos combustíveis. Contudo, o núcleo deve apresentar um recuo bem menos intenso, de 5,5% para 5,3%, devido ao mercado de trabalho ainda aquecido. Ainda nos EUA, na quarta (14) será divulgada a inflação ao produtor (PPI). Na Zona do Euro, a leitura final do CPI de maio será divulgada na sexta (16) e deve confirmar a prévia ao desacelerar (em base anual) para 6,1% (ante +7,0%).

Por fim, no âmbito da atividade, a semana também trará divulgações importantes nas maiores economias do mundo. Na China, serão divulgadas na quarta à noite (14) o resultado da produção industrial e das vendas no varejo de maio, que devem confirmar a perda de ímpeto da economia do país asiático neste 2T23, com desaceleração no crescimento anual dos setores em comparação com o mês anterior. Nos EUA, também serão conhecidos os números do varejo e da indústria de maio, na quinta (15), onde os agentes esperam relativa estagnação, após os dados positivos de abril.

A próxima página traz o quadro completo da agenda de indicadores com a respectiva data de divulgação e as projeções de mercado.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
14/jun	IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)	Abr/23	-2,3% m/m 2,4% a/a	3,6% m/m 8,8% a/a
15/jun	IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	Abr/23	0,7% m/m 4,5% a/a	0,9% m/m 6,3% a/a
16/jun	BCB: Índice de Atividade Econômica (IBC-Br)	Abr/23	0,1% m/m 1,5% a/a	-0,1% m/m 5,5% a/a
16/jun	FGV: IGP-10	Jun/23	-1,79% m/m -5,90% a/a	-1,53% m/m -3,49% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
13/jun	EUA	Inflação ao Consumidor (CPI)	Mai/23	0,2% m/m 4,1% a/a	0,4% m/m 4,9% a/a
14/jun	Zona do Euro	Produção Industrial	Abr/23	0,9% m/m	-4,1% m/m
14/jun	EUA	FED – Reunião de Política Monetária do Fomc	-	5,0% aa; 5,25% aa	5,0% aa; 5,25% aa
14/jun	EUA	Inflação ao Produtor (PPI)	Mai/23	1,5% a/a	2,3% a/a
14/jun	China	Produção Industrial	Mai/23	3,5% a/a	5,6% a/a
14/jun	China	Vendas no Varejo	Mai/23	13,7% a/a	18,4% a/a
15/jun	Zona do Euro	BCE – Reunião de Política Monetária	-	3,50% aa; 4,00% aa 4,25% aa	3,25% aa; 3,75% aa 4,00% aa
15/jun	EUA	Produção Industrial	Mai/23	0,1% m/m	0,5% m/m
15/jun	EUA	Vendas no Varejo	Mai/23	-0,1% m/m	0,4% m/m
16/jun	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Mai/23 – final	6,1% a/a	7,0% a/a
16/jun	EUA	Confiança do Consumidor (Univ. Michigan)	Jun/23 – prévia	60,1 pts	59,2 pts

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPCA mostra quadro benigno e reforça apostas em queda da Selic em agosto

A inflação medida pelo IPCA do IBGE subiu 0,23% em maio, bem abaixo do dado de abril (+0,61%) e das expectativas (+0,33%). A leitura mostrou uma inflação menos disseminada e com uma melhora qualitativa, com acomodação dos núcleos (e índices subjacentes), reforçando a expectativa dos agentes de início do ciclo de redução da taxa Selic a partir de agosto. Em 12 meses, o índice seguiu recuando e voltou a ficar abaixo de 4% (3,94%), atingindo o menor patamar desde out/20 (3,92%).

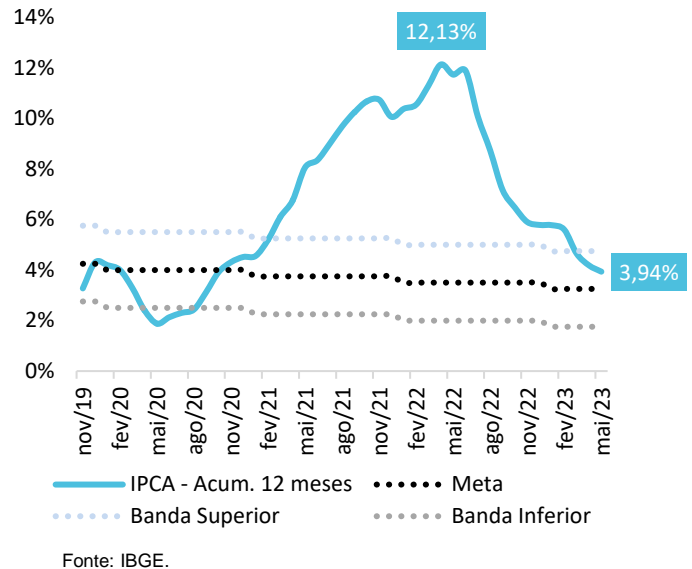
A desaceleração no mês foi puxada pela queda dos preços dos combustíveis (-1,82%) e das passagens aéreas (-17,73%), diante da redução dos preços dos derivados de petróleo pela Petrobras, e pela acomodação dos preços dos alimentos. Neste caso, a alimentação no domicílio passou de 0,71% em abril para estabilidade (0,0%) em maio, com deflação em itens importantes da cesta, como frutas (-3,78%), óleo de soja (-7,11%) e carnes (-0,74%). Além disso, foi observada melhora em diversas métricas, como no índice de difusão, que ficou em 56,0%, menor nível desde set/20, enquanto os principais índices subjacentes de inflação voltaram a acomodar em 12 meses, como a inflação de serviços (de 7,5% para 6,5%) e a média dos cinco núcleos acompanhados pelo BCB (de 7,3% para 6,7%).

Os impactos altistas, por sua vez, ficaram concentrados nos itens administrados, pressionados pelos reajustes nos jogos de azar (+12,18%), taxa de água e esgoto (+2,67%), planos de saúde (+1,20%), energia elétrica (+0,91%) e medicamentos (+0,89%).

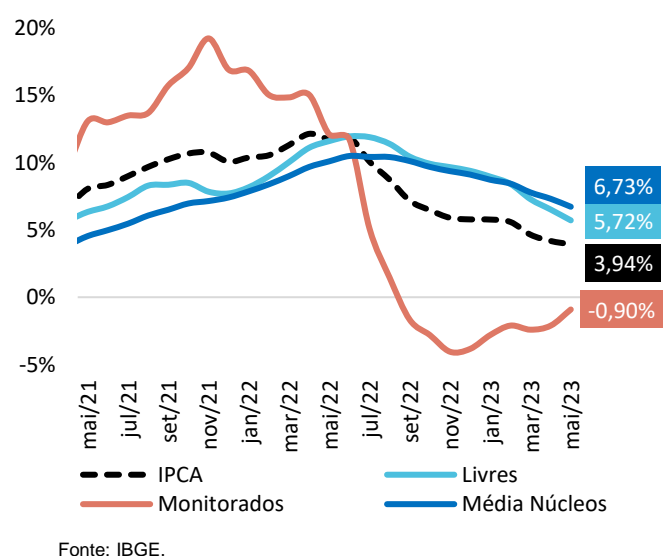
No geral, a leitura de maio reforçou a melhora do quadro inflacionário, tendência que deve continuar no curto prazo, como apontam as coletas de preços no atacado (IPA) da FGV. Segundo a Fundação, o IGP-DI registrou deflação de 2,33% em maio, com forte queda do IPA (-3,37%), refletindo o recuo dos itens industriais (-2,90%) e agropecuários (-4,57%). Na mesma direção, em junho, o IPCA também deve ser beneficiado pela queda dos preços dos veículos (pacote do governo).

É verdade que o IPCA deve voltar a subir no 2º semestre, fechando o ano (provavelmente) ainda acima de 5%. Contudo, os dados recentes mais positivos parecem abrir espaço para alguma melhora da avaliação do cenário pelo Copom, podendo, assim, sinalizar na próxima reunião (20 e 21 de junho) uma disposição por redução dos juros em breve.

Quadro 1: IPCA – Var.% Acumulada em 12 meses



Quadro 2: IPCA e Aberturas – Var.% Acumulada em 12 meses



Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

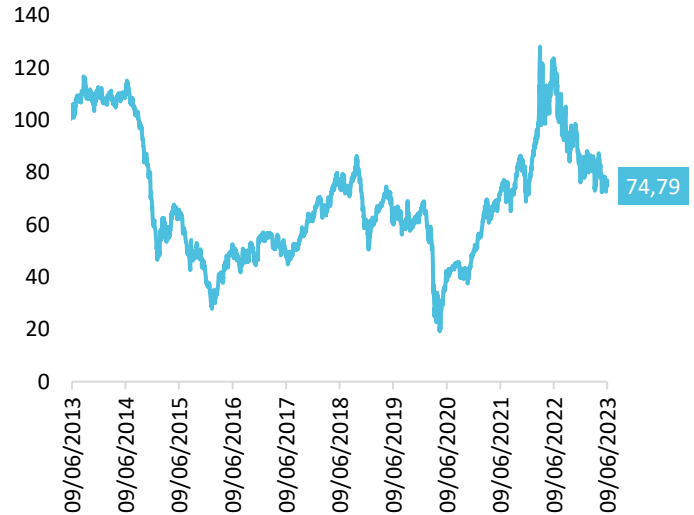
Mercados sobem, apesar da cautela diante da decisão do Fed

Os mercados seguiram em alta na semana, beneficiando os principais índices acionários globais, diante da expectativa de pausa no ciclo de aperto monetário do Fed e de novos estímulos econômicos vindos da China. Vale citar que o sentimento positivo decorreu mesmo com algumas surpresas negativas na semana, como a elevação inesperada dos juros pelos BCs do Canadá e Austrália, além da decisão da Arábia Saudita em reduzir a oferta de petróleo. Neste caso, a *commodity* fechou a semana praticamente estável, na faixa dos US\$ 75 (barril Brent), frustrando a iniciativa do país. A alta do preço esperada com a medida não se concretizou, em parte por causa de informações (não confirmadas pela Casa Branca) da possibilidade de um acordo nuclear entre EUA e Irã, que teria como contrapartida a retirada de embargos dos EUA, que atualmente impedem a exportação de petróleo do Irã a diversos países. Além disso, pesaram também preocupações sobre a atividade global.

Quanto aos indicadores, destaque para os dados da balança comercial da China, que reforçaram a fragilidade da recuperação econômica do país. As exportações caíram 7,5% em mai/23 na comparação com o mesmo mês de 2022, pior do que o esperado pelo mercado (-1,3%) e revertendo uma alta de 8,5% em abril. Houve queda na demanda global, com menores encomendas das principais economias do mundo (EUA e Zona do Euro). As importações, por sua vez, caíram 4,5%, menos que o esperado (-8,0%), mas refletindo uma demanda interna não tão dinâmica. No âmbito da inflação, os números também vieram fracos. A inflação ao consumidor (CPI) atingiu 0,2% no acumulado em 12 meses (ante 0,1% em abr/23), enquanto os preços ao produtor (PPI) aprofundaram a deflação para 4,6% (ante -3,6%). Diante de tal cenário, os principais bancos estatais chineses reduziram suas taxas de depósito, com o intuito de estimular o consumo.

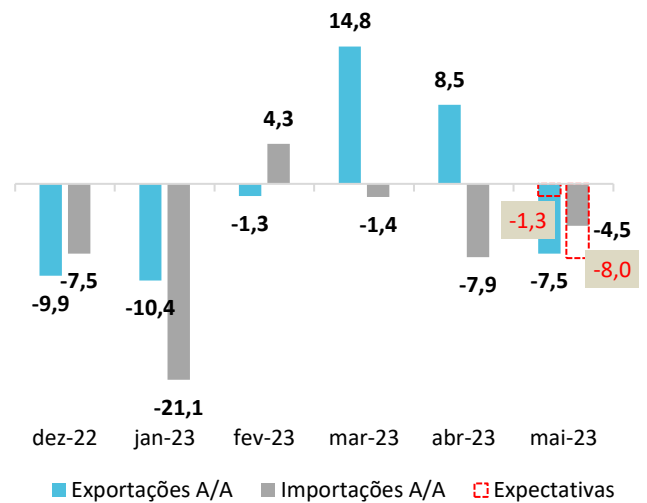
Nos EUA, o índice PMI de serviços de maio subiu de 53,6 pts para 54,9 pts, melhor marca desde abr/22, impulsionado pelo aumento de novos pedidos (de origem interna e externa). Já na Zona do Euro, o indicador deixou o pico atingido em abril, se situando em 55,1 pts em maio (ante 56,2 pts), mas ainda em nível bastante elevado. Com isso, os agentes seguem atentos à dicotomia apresentada entre a atividade manufatureira (em contração) e os serviços, que segue em expansão e pode comprometer o processo de desinflação e assim necessitar de juros maiores.

Quadro 3: Preço do Barril de Petróleo (tipo Brent) Em US\$



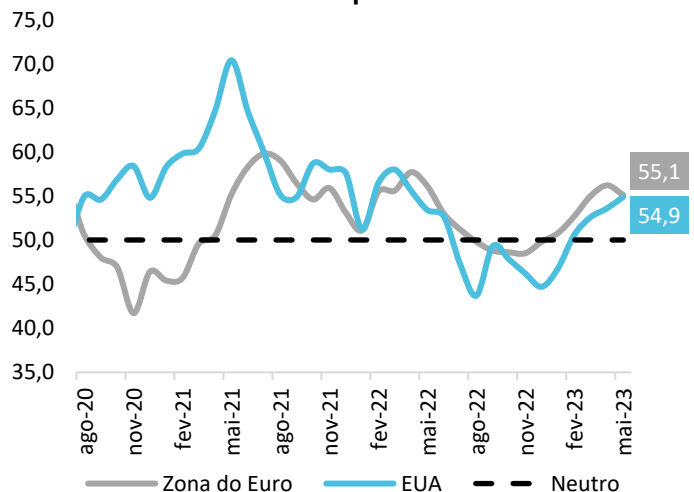
Fonte: Bloomberg.

Quadro 4: China – Exportações e Importações – Var. % ante o mesmo mês do ano anterior



Fonte: Bloomberg.

Quadro 5: EUA e Zona do Euro – PMI de Serviços Em pontos



Fonte: Bloomberg.

CRÉDITO / BANCOS
Relatório de Economia Bancária (REB) – 2022

O Banco Central divulgou na última semana o Relatório de Economia Bancária de 2022. O documento, publicado anualmente, traz um panorama amplo do mercado de crédito e do Sistema Financeiro Nacional. O relatório foi dividido em 7 temas: mercado de crédito; captações; decomposição do custo do crédito e do spread; produtos cambiais; rentabilidade; concentração, concorrência e inovação; e agenda BC#. Os principais destaques foram a atualização do estudo da decomposição do custo do crédito e do spread, a atualização dos dados de concentração e competição e os dados de rentabilidade do setor financeiro. Abaixo, exploraremos as principais conclusões de alguns tópicos, complementando no informativo da próxima semana. Para ler o relatório completo, [clique aqui](#).

Decomposição do custo de crédito e do spread

A decomposição do custo do crédito no Brasil parte da medição do Indicador de Custo de Crédito (ICC), divulgado mensalmente pelo Banco Central. Este indicador difere das taxas de juros cobradas nas novas concessões, uma vez que ele calcula a taxa média de juros de todo o estoque de crédito bancário em aberto na economia (independentemente da data de contratação do crédito), e não apenas as taxas de juros das concessões realizadas no mês em questão. Portanto, o ICC incorpora as informações tanto de contratos recém firmados quanto de contratos mais antigos ainda vigentes. E é sobre esta medida que o BC realiza o exercício de decomposição que busca identificar o peso dos diferentes custos que afetam a intermediação financeira no país.

O BC decompõe o custo do crédito em 5 componentes: 1) Custo de captação; 2) Inadimplência; 3) Despesas administrativas; 4) Tributos e FGC; e 5) Margem financeira. O Quadro 6 apresenta o resultado da decomposição em pontos percentuais (pp) para cada um dos 5 itens para os anos de 2020 a 2022, além da média do período, enquanto o Quadro 7 traz a participação de cada item no custo total do crédito na média dos anos de 2020 a 2022.

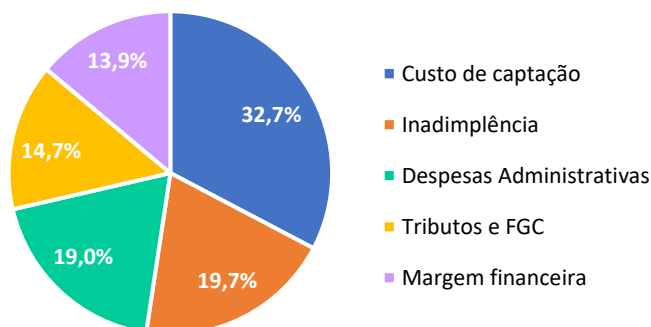
Em 2022, o ICC médio ficou em 18,80% aa, avançando ante o observado em 2021 (16,23%) e em 2020 (17,06%). Na média dos três anos, o ICC ficou em 17,36% aa. Assim como observado nos anos anteriores, o custo de captação seguiu como o item de maior peso, representando, em média, 32,7% do ICC. Tal custo, por sinal, exerceu o maior impacto altista sobre o ICC (+1,60 pp) em 2022, pressionado pelo ciclo de alta da Selic, que saiu de 2,0% aa em março de 2021 (mínima histórica) para 13,75% aa em agosto de 2022.

O 2º item de maior peso no ICC são as perdas com a inadimplência, representando 19,7% do custo do crédito na média dos 3 anos. Tal componente exerceu o segundo maior impacto altista sobre o ICC em 2022 (+0,70 pp), pressionado pela alta da inadimplência ao longo do ano, que, após atingir os menores valores históricos no final de 2020 e início de 2021 (influenciada pelas medidas de renegociação e aumento de carência por partes dos bancos, buscando mitigar os efeitos da pandemia), retornou ao patamar pré-pandemia. Neste ponto, o próprio BC pondera que a interpretação dos dados deve ser feita com cuidado, pois perdas não observadas nos últimos anos podem ter se manifestado em 2022 e ainda se manifestar em 2023, a depender da evolução do quadro econômico.

**Quadro 6: Decomposição do ICC
2020 a 2022 e média do período – Em pp**

Discriminação	2020	2021	2022	Média
1 - Custo de captação	5,20	5,15	6,75	5,70
2 - Inadimplência	3,62	2,97	3,67	3,42
3 - Despesas Administrativas	3,43	3,32	3,08	3,28
4 - Tributos e FGC	2,43	2,52	2,69	2,55
5 - Margem financeira	2,38	2,26	2,61	2,42
ICC médio	17,06	16,23	18,80	17,36

Fonte: REB 2022

**Quadro 7: Decomposição do ICC
Média de 2020 a 2022 – Em %**


Fonte: REB 2022

Na outra ponta, as despesas administrativas contribuíram com redução de 0,24 pp do ICC em 2022, passando de 3,32 pp para 3,08 pp, em um esforço de aumento da eficiência das IFs. Assim, a participação percentual sobre o ICC recuou de 20,5% em 2021 para 16,4% em 2022, embora mantendo-se como o 3º componente de maior peso no custo do crédito. Já o componente Tributos e FGC representou, em média, 14,7% do ICC do período, com ligeira alta de 0,17 pp em 2022 pressionada pelo aumento da alíquota da CSLL (que passou de 20% para 21% a partir de julho/22). Por fim, o item de menor peso no custo do crédito segue sendo a margem financeira das IFs, que representa apenas 13,9% do ICC, a despeito da alta de 0,34 pp em 2022, impulsionada pelo mix mais rentável da carteira.

A decomposição também é feita considerando as diferentes modalidades de crédito, separando o crédito livre do direcionado (Quadro 8). Neste caso, percebe-se que o ICC médio do crédito direcionado (8,08 pp na média de 2020 a 2022) é menor do que o custo do crédito nas operações com recursos livres (23,85 pp na média de 2020 a 2022), refletindo, em especial, as limitações das taxas de juros impostas por regulamentação. Note que a margem financeira das operações direcionadas é próxima de zero (0,45 pp), o que resulta no caso clássico de subsídio cruzado, em que as operações com recursos livres precisam remunerar toda a carteira, o que as encarece.

Quadro 8: Decomposição do ICC por modalidade Média de 2020 a 2022 – Em %

Discriminação	Livre				Direcionado			
	2020	2021	2022	Média	2020	2021	2022	Média
1 - Custo de captação	5,55	5,70	8,09	6,45	4,72	4,39	4,73	4,61
2 - Inadimplência	5,18	4,29	5,34	4,94	2,10	1,55	1,59	1,75
3 - Despesas Administrativas	5,12	4,92	4,46	4,83	1,00	0,99	0,95	0,98
4 - Tributos e FGC	3,92	3,91	4,13	3,99	0,12	0,37	0,37	0,29
5 - Margem financeira	3,76	3,36	3,82	3,65	0,21	0,53	0,62	0,45
ICC médio	23,53	22,18	25,84	23,85	8,15	7,83	8,26	8,08

Fonte: REB 2022

A decomposição entre as diferentes modalidades também mostra como as variações dos componentes do ICC do crédito direcionado são pequenas, sinalizando que as oscilações do resultado geral são determinadas preponderantemente pelo crédito livre. Segundo o BCB, tal fato reforça como a política monetária tem um efeito significativamente menor sobre o crédito direcionado, onde, por exemplo, o custo de captação manteve-se estável entre 2020 e 2022, enquanto subiu 2,54 pp no segmento crédito livre.

O relatório também analisa a decomposição do spread do ICC, dado pela diferença entre o ICC e o custo de captação das IFs. Aqui, o objetivo é identificar os fatores que determinam os custos de crédito excluindo os custos de captação, que, de maneira geral, são associados às condições de mercado e a condução da política monetária (variações da taxa Selic).

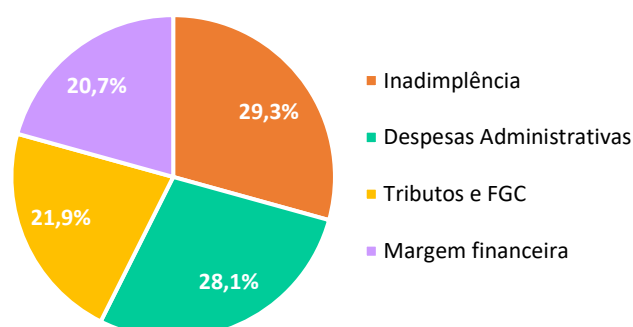
Neste caso, a inadimplência segue como a principal influência (na média do período), representando 29,3% do spread do ICC, seguida de perto pelas despesas administrativas (28,1%). Na sequência, vêm os tributos, que representam 21,9%, e, por último, a margem financeira das IFs, representando 20,7%. Em outras palavras, o exercício mostra que cerca de 80% do spread bancário corresponde aos custos de intermediação financeira, principalmente inadimplência e impostos, enquanto o lucro (margem) das IFs equivale a apenas 20%.

Quadro 9: Decomposição do Spread do ICC 2020 a 2022 – Em proporção do spread

Discriminação	2020	2021	2022	Média
1 - Inadimplência	30,52	26,81	30,46	29,26
2 - Despesas Administrativas	28,92	29,96	25,56	28,15
3 - Tributos e FGC	20,49	22,74	22,32	21,85
4 - Margem financeira	20,07	20,49	21,66	20,74
Spread do ICC	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: REB 2022

Quadro 10: Decomposição do Spread do ICC Média de 2020 a 2022 – Em %



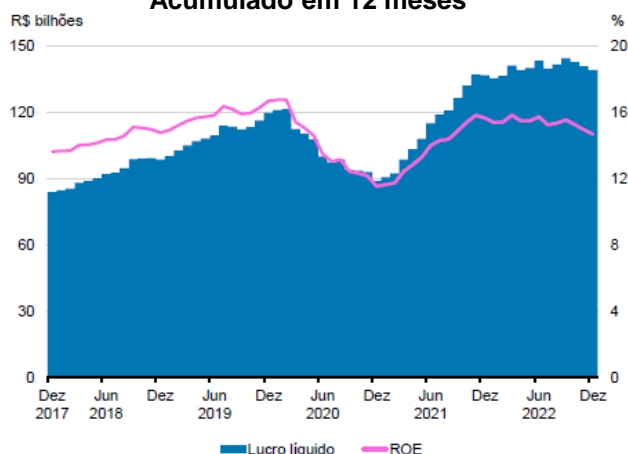
Fonte: REB 2022

No geral, os números seguem apontando que uma queda estrutural do custo do crédito no país depende de uma série de medidas que ataquem os variados custos de intermediação financeira no país. Podemos citar: aperfeiçoamento da execução de garantias, que reduz o custo da inadimplência; convergência da carga tributária sobre operações de crédito para o padrão internacional e a eliminação da diferença de tratamento tributário entre o setor financeiro e os demais setores da economia; redução das alíquotas dos depósitos compulsórios e do direcionamento de crédito; entre outras.

Rentabilidade

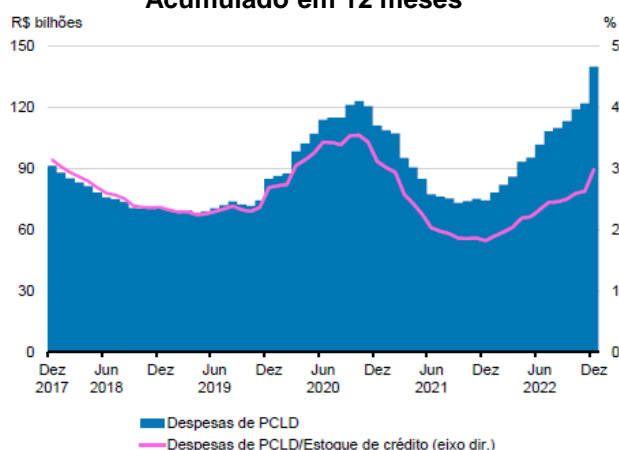
A rentabilidade do sistema bancário voltou a cair em 2022, após a recuperação do ano anterior. O recuo decorreu da piora da eficiência operacional do sistema e, em especial, das maiores despesas com provisões contra devedores duvidosos (PDD), pressionadas por uma conjunção de fatores: crescimento do saldo de crédito em linhas de maior risco (que exigem maior nível de provisionamento); maior comprometimento da renda das famílias; menor capacidade de pagamento das empresas, especialmente das PMEs; além do impacto do caso Americanas no 4º trimestre de 2022, que elevou a PDD em aproximadamente 25% ante o 3T22. Com isso, o retorno sobre o patrimônio líquido do setor (Return on Equity – ROE) recuou de 15,7% em 2021 para 14,7% em 2022.

Quadro 11: Lucro Líquido e ROE Acumulado em 12 meses



Fonte: REB 2022

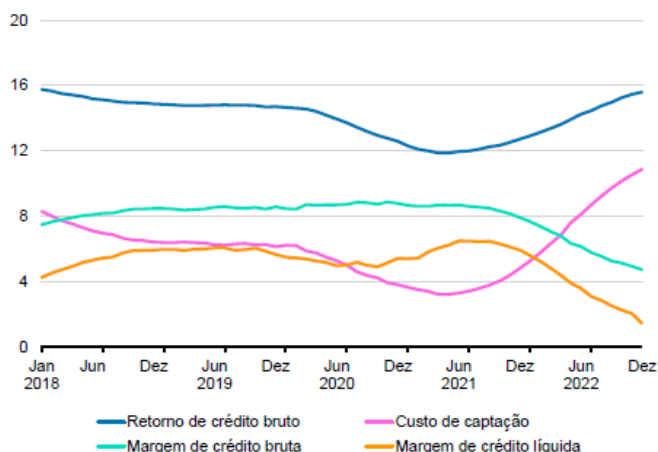
Quadro 12: Despesa com Provisões Acumulado em 12 meses



Fonte: REB 2022

A margem de crédito também caiu em 2022, pressionada pela elevação da Selic, que causou um ajuste mais rápido do custo de captação em relação ao retorno do crédito (dada a maior concentração de instrumentos pós-fixados na captação e dos prazos mais longos das operações de crédito). Já a margem líquida de provisão teve queda expressiva no ano (Quadro 13), pressionada pelo aumento das despesas com PDD (além da queda já mencionada da margem bruta).

Quadro 13: Margens de Crédito (Em %) Acumuladas em 12 meses



Fonte: REB 2022

Quadro 14: Composição das receitas de serviços Volume em R\$ bi e Var. % anual

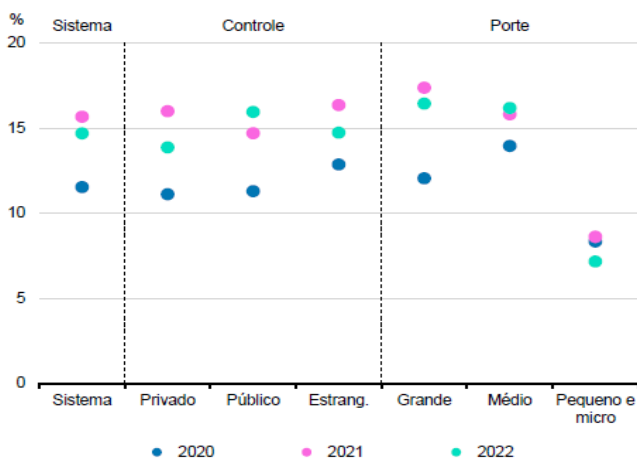
Grupo de serviços	2021	Var. % (ante 2020)	2022	Var. % (ante 2021)
Total	176,2	8,9	182,1	3,4
Tarifas	46,3	-4,7	45,9	-0,8
Adm. de fundos de invest.	16,3	3,1	14,7	-9,7
Adm. de fundos constit. e lot.	8,2	2,2	9,4	15,3
Serviço de cobrança	7,0	0,7	6,8	-2,3
Garantias prestadas	3,4	76,6	0,6	-83,4
Mercado de capitais	17,3	20,0	14,4	-16,4
Transações de pgto.	22,8	28,2	31,7	39,2
Outras receitas de serviços	55,1	13,6	58,6	6,4

Em relação à piora da eficiência operacional do sistema, o BC aponta o aumento das despesas administrativas (+8,5%) em ritmo superior ao crescimento das receitas operacionais. Neste caso, as receitas com serviços desaceleraram em 2022, se expandindo 3,4%, ante 8,9% em 2021. A despeito do crescimento relevante com transações de pagamentos, sobretudo de cartões, as demais linhas (em especial as ligadas ao mercado de capitais, garantias prestadas e administração de fundos de investimentos) tiveram um desempenho negativo (Quadro 14), pressionadas pelo cenário mais restritivo.

O relatório também explora a rentabilidade do setor por tipo de controle, porte e atividade. Considerando o tipo de controle (privado, público e estrangeiro), o BC aponta que, em 2022, houve queda na rentabilidade de bancos privados e estrangeiros, enquanto os bancos públicos avançaram e passaram a ser os mais rentáveis no período (Quadro 15). Segundo o relatório, a principal diferença foram as despesas com provisões, com a elevação ocorrendo em menor grau (+33,2%) nos públicos em relação aos privados (+94,6%) e estrangeiros (+59,2%), refletindo o evento das Lojas Americanas (que pesou especialmente sobre os bancos privados) e a menor participação dos bancos públicos em créditos de maior risco.

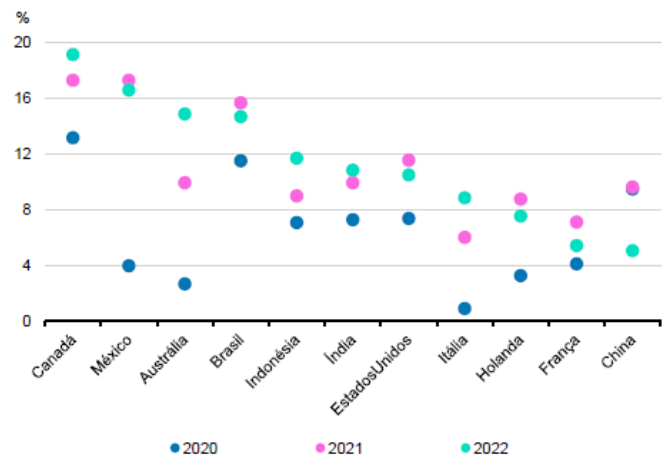
Em termos de porte, os bancos grandes e médios seguem auferindo rentabilidades maiores do que pequenos e micros, reflexo dos ganhos de escala, oferta mais diversificada de produtos e serviços, além da maior inserção no varejo, que permite operações com maior retorno. Neste comparativo, o BC destaca a redução da diferença de rentabilidade entre os grandes e médios, possivelmente refletindo o maior provisionamentos por parte dos grandes, diante da maior exposição ao caso Americanas.

Quadro 15: ROE por tipo de controle e por porte



Fonte: REB 2022

Quadro 16: ROE – Comparativo Internacional*



Fonte: REB 2022. *Financial Soundness Indicators.

No comparativo internacional, o setor bancário do Brasil mostrou uma rentabilidade inferior ao Canadá, México e Austrália, mas acima de Índia, EUA e China (Quadro 16). Vale observar, no entanto, que tais níveis de rentabilidade são nominais e não descontam o custo de oportunidade, normalmente calculado pela taxa básica de juros de cada país. Assim, em países com taxa básica elevada, como é o caso do Brasil, é esperado que o retorno (ROE) seja nominalmente mais alto que em comparação com países onde o juro básico é menor.

Em resumo, o REB mostrou recuo da rentabilidade do setor bancário em 2022, após a recuperação registrada no ano anterior. A piora tem como principal fonte a elevação das despesas com PDD, margens de crédito mais apertadas com a alta da Selic e aumento dos custos operacionais (especialmente de pessoal). Por fim, é importante destacar que o nível de rentabilidade (ROE) do setor está alinhada com o apresentado em outros países, ficando inclusive abaixo de alguns países relevantes.

Relatório Mensal da Caderneta de Poupança – Mai/23

CRÉDITO / BANCOS

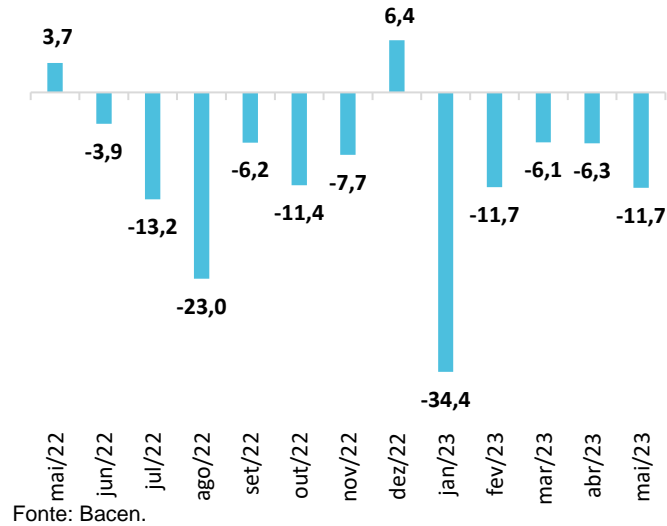
O Banco Central do Brasil reportou que a caderneta de poupança perdeu recursos novamente no mês de maio, no valor de R\$ 11,7 bilhões. A saída foi a pior registrada para o mês de maio desde o início da série histórica (1995), com dados ajustados pelo IPCA. Com isso, a modalidade completou onze meses com saques líquidos no período de um ano, com exceção do mês de dez/22, onde é normal o saldo positivo em função do recebimento do 13º salário.

Com o resultado, o saldo depositado na modalidade caiu para R\$ 961,5 bi (ou 9,4% do PIB), já bem abaixo do pico atingido em dez/20 (13,6% do PIB) e inferior também ao patamar pré-pandemia (11,2% do PIB em fev/20). A redução dos recursos vem refletindo o ambiente de elevada taxa de juros, que reduz a atratividade da poupança como investimento.

Neste sentido, é interessante comparar o desempenho da caderneta de poupança com outros instrumentos de captação das IFs, como apontado pelo Banco Central no Relatório de Economia Bancária de 2022, divulgado na última semana. O BCB chamou a atenção para o fato de a caderneta de poupança ter sido o instrumento com segundo pior desempenho no ano, com redução do saldo em R\$ 31 bi (-3%), à frente apenas das captações externas (R\$ 75 bi ou -11%). Por outro lado, o saldo do depósito à prazo teve o maior crescimento, de R\$ 304 bi (+19%). Em termos relativos, destaque para as LCAs (+73% ou R\$ 134 bi) e LCIs (+66% ou R\$ 90 bi).

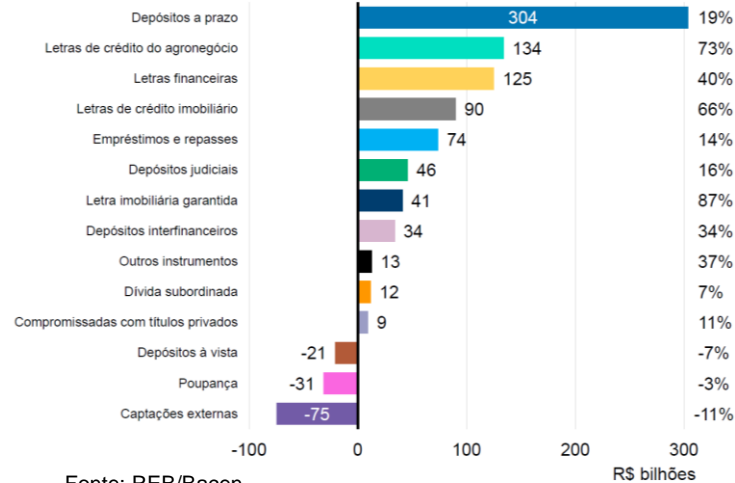
Outro destaque trazido pelo BCB no REB foi o impacto que o fraco desempenho da caderneta de poupança tem gerado sobre o crédito imobiliário. A Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito, realizada pelo BCB junto aos bancos, captou que houve uma piora nas condições de oferta do produto e identificou que, especialmente no 4T22, o principal motivo citado foi o item custo/disponibilidade de *funding* (Quadro 19). Por sinal, este foi o item com pior avaliação (ou seja, fonte de maior limitação da oferta), atrás do nível de emprego, comprometimento de renda das famílias e do apetite ao risco. Em face deste cenário, em entrevista coletiva sobre o relatório, o diretor de Política Econômica da instituição, Diogo Guillen, admitiu que o BCB estuda alterações na rentabilidade da caderneta de poupança para tornar o produto mais atrativo e sustentável.

Quadro 17: Captação Líquida da Caderneta de Poupança Em R\$ bi (IPCA de Mai/23) – Evolução Mensal



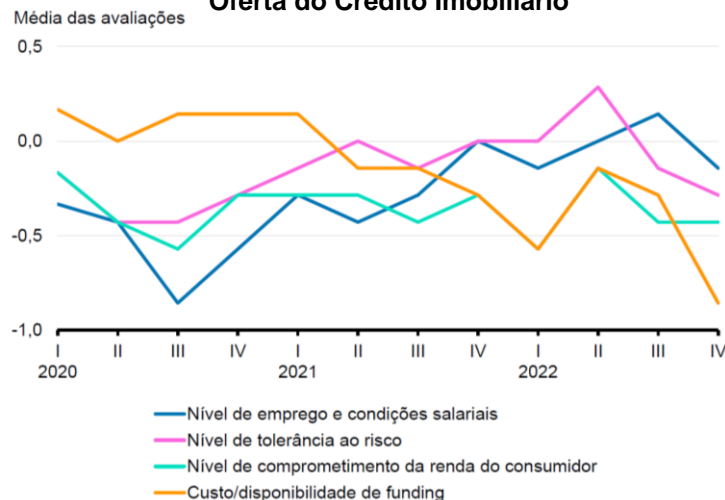
Fonte: Bacen.

Quadro 18: Instrumentos de Captação – Variação do Saldo



Fonte: REB/Bacen.

Quadro 19: PTC – Contribuição dos Fatores para a Oferta do Crédito Imobiliário



Fonte: REB/Bacen.

Programa Desenrola Brasil

Na última segunda-feira (5), o Ministério da Fazenda lançou oficialmente o Programa Desenrola Brasil, que vai possibilitar a renegociação de dívidas por parte das pessoas físicas que estão inadimplentes. Em [nota](#), a Fazenda destaca que o programa pode beneficiar até 70 milhões de pessoas. A ação tem como objetivo organizar as renegociações em um ambiente virtual, reduzindo custos de transação e possibilitando que os agentes financeiros ofereçam crédito e renegociem o valor devido de seus clientes com outros credores (empresas não financeiras). Contudo, créditos com garantia, crédito rural e operações com risco de terceiros não entrarão no programa.

Além disso, em um primeiro momento, os credores que participarem do Desenrola terão, como contrapartida, que “desnegativar” as dívidas de até R\$ 100 das pessoas físicas em sua instituição.

O funcionamento do Desenrola Brasil se dará através de um leilão reverso dividido por categoria de dívida:

- Bancária;
- Serviços básicos (*utilities*);
- Dívidas com demais empresas;

O credor que oferecer maior desconto na dívida terá o direito de renegociar o valor devido com o cliente. Vale lembrar que o percentual de desconto mínimo ainda não foi definido. Parte dos empréstimos contará com a garantia do Tesouro Nacional, através do Fundo de Garantia de Operações (FGO). O Fundo conta atualmente com quase R\$ 10 bilhões.

O público que poderá ter acesso ao Desenrola será dividido em duas faixas (I e II):

- Faixa I: cerca de 40 milhões de pessoas (destinada àqueles que recebem até dois salários-mínimos (R\$ 2.640) ou que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);
 - Valor da dívida (contraída até 31 de dezembro de 2022) de até R\$ 5.000;
 - A renegociação deste grupo será garantida pelos recursos do FGO.
 - Financiamento poderá ser parcelado em 60 meses, com taxa de juros de 1,99% ao mês e sem entrada.
- Faixa II: cerca de 30 milhões de pessoas;
 - Contempla apenas dívidas bancárias;
 - Sem garantia do FGO;
 - Bancos terão incentivo regulatório para renegociar as dívidas.

Todas as operações de crédito do Desenrola estarão isentas de IOF. Em caso de nova inadimplência, o cliente voltará a ser negativado.

A fiscalização do Desenrola Brasil será feita pelo BCB, enquanto a B3 irá fazer a integração do sistema e organizar os leilões. Após a publicação da Medida Provisória (MP) que instituiu o programa, os próximos passos são: 1) adesão dos credores e realização do leilão; 2) adesão dos devedores, e 3) período de renegociação.

A Febraban, através de [nota](#), declarou que participou da construção e concepção do Desenrola Brasil e que as características anunciadas estão em linha com o que foi discutido. Além disso, destacou que a viabilidade do programa não depende apenas dos bancos, mas também de soluções digitais de grande porte de outras partes envolvidas.

[Acesse aqui](#), na íntegra, a MP nº 1.176 que instituiu o programa.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2023				2024			
	09/06/23	02/06/23	12/05/23	Viés	09/06/23	02/06/23	12/05/23	Viés
IPCA (%)	5,42	5,69	6,03	▼	4,04	4,12	4,15	▼
PIB (% de crescimento)	1,84	1,68	1,02	▲	1,27	1,28	1,38	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	12,50	12,50	12,50	↔	10,00	10,00	10,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,10	5,10	5,20	↔	5,17	5,16	5,20	▲

Fonte: Banco Central do Brasil

Indicadores do Mercado	09/06/23	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,88	-1,56%	-3,45%	-7,56%	-0,53%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	195,62	-4,37%	-7,87%	-23,00%	-21,93%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	13,63	-0,11%	-0,10%	-0,21%	4,38%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	12,01	-3,08%	-3,24%	-10,44%	-10,01%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	10,75	-2,20%	-3,58%	-14,84%	-13,83%
Índice Ibovespa (em pontos)	117.019,48	3,96%	8,02%	6,64%	9,27%
IFNC (setor financeiro)	11.947,21	3,55%	7,74%	16,52%	18,47%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	5,25	0,00%	0,00%	16,67%	425,00%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,60	2,19%	4,38%	3,84%	63,47%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	3,74	1,32%	2,66%	-3,49%	22,93%
Dollar Index	103,56	-0,44%	-0,74%	0,03%	0,32%
Índice S&P 500 (em pontos)	4.298,86	0,39%	2,85%	11,96%	6,99%
Índice de ações de bancos – EUA	91,35	3,28%	12,46%	-19,93%	-18,58%
Índice Euro Stoxx 50	4.289,79	-0,78%	1,70%	13,08%	15,18%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	103,00	0,06%	4,67%	7,45%	15,37%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	74,79	-1,76%	2,93%	-12,94%	-39,23%

Fonte: Bloomberg

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira